

# O QUOTIDIANO DOS EUROPEUS NAS ROÇAS DE S. TOMÉ NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DE NOVECENTOS

por  
Augusto Nascimento\*

## Introdução

Em princípios deste século, sob o impulso do populismo imperial, em parte resultante da exaltação nacionalista em torno da disputa das colónias<sup>1</sup>, do emergente associativismo de classe e, sobretudo, da pressão social resultante do afluxo de migrantes ao arquipélago, alargou-se a discussão sobre a presença de europeus em S. Tomé e Príncipe, até então restrita a estudiosos e governantes. Com crescente incidência na imprensa, o seu objecto passaria a ser o inalterado estatuto social de origem e mesmo a miséria de parte dos imigrantes europeus nas ilhas.

Com as soluções políticas autoritárias na Europa, com o golpe do 28 de Maio em Portugal e a subsequente camuflagem de todas as questões sociais sob os paradigmas da vocação colonizadora, para os críticos da presença europeia em terras africanas, os critérios económicos reprovavam tal “sacrifício”, que para os apologistas constituía a prova insofismável da humanidade e do aventureirismo dos portugueses. Nos anos 30, já radicalmente alterado o ambiente político, celebrar-se-ia o estoicismo dos colonos cuja

---

\* Centro de Estudos Africanos e Asiáticos (I.I.C.T.).

<sup>1</sup> Acerca do ambiente ideológico e político no qual se arraigaram convicções e mitos relativos às colónias e ao papel colonizador de Portugal no virar do século ver, por exemplo, ALEXANDRE 1998:118 e ss.

desdita não parecia senão fornecer o lema para as apologéticas lucubrações acerca da rija têmpera colonizadora. Tais eram, sucintamente, os parâmetros da discussão sobre a presença de europeus no arquipélago, não por acaso dito do 'cacau', expressão que em Lisboa se incorporara na linguagem como um significativo sinónimo de dinheiro que, todavia, não era para todos.

Neste trabalho, abordaremos aspectos do quotidiano dos assalariados europeus nas roças. O estudo desse segmento populacional, em geral esquecido<sup>2</sup>, afigura-se relevante, não apenas por, em benefício alheio, terem sido eles os executantes da colonização, mas, sobretudo, por lhes ter cabido emprestar credibilidade e conferir materialidade aos objectivos oficiais nas relações com os africanos e, em concreto, com os serviçais contratados noutras colónias para o trabalho nas roças.

Cumpre focar os limites deste trabalho exploratório que testemunhos singulares poderão infirmar. A gestão do dia-a-dia dos empregados europeus nas roças dependia de factores de ordem psicológica como a personalidade dos administradores, de factores de ordem estrutural como a tendencial corrosão pelas plantações de actividades independentes dos sujeitos a elas ligadas ou não e, por fim, de situações conjunturais, entre elas, as condições económicas adversas, que tanto podiam apenas revogar certas benesses como levar ao despedimento de pessoal.

A exemplo da condição dos serviçais, bem como das várias situações sociais em plantações ou unidades produtivas similares, as condições de vida e de trabalho dos europeus variariam de roça para roça. Todavia, importa sopesar o inegável quadro de extremas dificuldades dos assalariados europeus, decerto inimaginadas na metrópole. Por exemplo, a precariedade da relação laboral - com as suas consequências muitas vezes fatais numa terra onde o europeu estava sozinho - e os apertados crivos por que era julgado o desempenho de um empregado metropolitano levavam a que a admissão fosse à experiência e os despedimentos fossem comuns, bastando a mínima

---

<sup>2</sup> Permanece grosso modo inalterado o panorama de poucos estudos sobre a experiência dos europeus nas colónias africanas, desde há anos referido como um dos temas pouco explorado (cf. DIAS 1991:135). Porém, ressalte-se a sua importância porque, assim como não deixou de haver história dos africanos pela simples presença colonizadora, também a não consideração da presença europeia torna ininteligível a interacção social e a formação de algumas sociedades africanas actuais, mesmo se, como em S. Tomé e Príncipe, elas se caracterizaram mais pela segmentação social do que interacção característica das idealizadas ou historicamente datadas sociedades crioulas.

infracção à disciplina das roças ou às exigências dos roceiros. A precariedade podia dever-se, tão só, ao aparecimento de um outro indivíduo mais competente. A frequência das queixas, de alguma forma congruentes com outras descrições das roças, obriga a ter em conta os matizes sombrios do quotidiano dos assalariados europeus patentes em apreciações na imprensa local ou de Lisboa, nem toda pautada por fins meramente panfletários.

Em suma, pretendemos discutir a desqualificação dos assalariados europeus numa colónia marcada pela hegemonia das roças, aparentemente contraditória com a hierarquização racial inerente ao facto colonial. Este desfasamento não iria sem consequências para os que já só em S. Tomé e Príncipe se aperceberiam da nula valia da sua condição racial.

Nos derradeiros decénios de Oitocentos ocorreram mutações na imigração e nos condicionalismos da inserção dos europeus chegados a S. Tomé. Até à década de 1880, a maioria da população europeia era composta por degredados<sup>3</sup>. Em inícios dessa década vingou, por fim, a ideia de que os degredados eram um empecilho à colonização europeia. Concomitantemente, em inícios dos anos 1880 discutiram-se os requisitos e a viabilidade da instalação de europeus como pequenos e médios proprietários votados à agricultura de exportação. Chegou a ser aprovado o regulamento de colonização, mas a instalação da colónia europeia saldar-se-ia por um fracasso. Afora esta experiência, a própria evolução económica faria cessar a ideia de fixar europeus como colonos. Com efeito, num contexto de baixa da cotação do café, esta planta seria trocada pelo cacau como produto de exportação. A instalação de novas plantações implicava disponibilidade financeira, tão mais necessária em especial numa época de baixa de cotações. Daí o o envolvimento do BNU para suportar a importação de braços e o custeio das roças. Por fim, na década de 1880 acelerou-se apropriação da terra e quase se definiu a estrutura fundiária, em especial no respeitante aos grandes tratos de terra. Nestas circunstâncias, reduziram-se drasticamente as hipóteses de instalação de europeus como pequenos e médios agricultores (mormente em terras do Estado) com propósitos colonizadores, tal como eram idealizados por liberais.

No derradeiro decénio de Oitocentos, foi vencida a habitual renitência em relação à migração para as colónias<sup>4</sup> e, na circunstância, para o arquipéla-

---

<sup>3</sup> Acerca dos degredados em S. Tomé no séc. XIX ver Almada 1884:47 e ss; Nascimento 1997.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, Alexandre 1998:118.

go, onde os europeus começaram a afluir. De S. Tomé e Príncipe criara-se uma imagem de terra de `ricaços' e nababos<sup>5</sup>, imagem só corroída nos anos 30, quando outras colónias pareceriam reunir melhores condições para acolher a concretização do tão apregoado povoamento branco. Escoradas na crescente riqueza e na alegada ostentação dos roceiros<sup>6</sup>, as expectativas de europeus não sopesaram eventuais dificuldades económicas no arquipélago, mormente as derivadas da extroversão económica, da preponderância das roças e, acima de tudo, da inversão da equação da oferta e procura de força de trabalho relativamente ao terceiro quartel de Oitocentos. Com efeito, na primeira década deste século, senão antes, a mão-de-obra europeia já se tornara excedentária<sup>7</sup>.

As dificuldades agravar-se-iam mais tarde mormente com as quebras da produção de cacau provocadas pela praga do `rubrocinta' de 1918, quebras acentuadas em meados da década de 20. A descida das cotações na sequência da crise de 1929 e as draconianas restrições orçamentais da época confirmavam terem-se esfumado em definitivo as hipóteses de ascensão social, tornando piedosos os discursos sobre o acrisolado amor dos colonos à terra de adopção que lhes exigia uma vida de canseiras<sup>8</sup>.

Esta evolução conjuntural revelou-se adversa às esperanças dos europeus, mas os maiores óbices advieram da configuração económica e social

<sup>5</sup> Atente-se quer nas palavras de Oliveira Martins em 1893 (in Nogueira 1983) quer no interesse que o arquipélago despertou nos círculos financeiros da metrópole.

Como índice da persistência desta imagem veja-se, por exemplo, Bastos (Filho), "Notas de viagem" in *O Mundo Português* nº30, 1936, p.265.

<sup>6</sup> No artigo "Malhar em ferro frio" consideravam-se os migrantes enganados por dois ou três esbanjadores de dinheiro "que tanto lhes custou a ganhar, para... voltarem novamente a moirer na cidade ou por essas roças, como escravos, arruinando a sua saúde e consumindo a vida que se lhes vae lentamente, arrebatada por um trabalho violento e arduo, por uma alimentação deficiente, e por fortes commoções moraes que, á força de repetidas, os fazem esquecer a propria dignidade, e o sentimento do proprio ser.", *O Africano* nº28, 18 de Setembro de 1909, p.1.

<sup>7</sup> Em 1909, opinava-se que abundavam os carecidos de trabalhar que não encontravam emprego, cf. *O Africano* nº27, 11 de Setembro de 1909, p.1.

<sup>8</sup> Em 1940, Chaves de Almeida contrapunha as colonizações lusa e espanhola, empreendidas por imperativo íntimo da alma e do sangue, a outras, como a inglesa, associadas ao dinheiro, asserção que comprovava com o testemunho pessoal: vinte e cinco anos antes encontrara em S. Tomé colonos que ali viviam ininterruptamente havia perto de quarenta anos, sem esperanças de regresso à metrópole, plenamente integrados no meio, pese embora poderem perecer com paludismo, Almeida, A. Chaves de, "A terra do ossobó" in *Boletim da Agência Geral das Colónias* nº185, 1940, pp.3-32.

Na verdade, tal integração assemelhava-se a uma fatalidade.

resultante da preponderância das roças, entendidas como signos de uma portentosa colonização, tal qual era enaltecida nos círculos coloniais desde finais do século passado. A estrutura económica e a hegemonia assentes nas roças revelar-se-iam não só um factor adverso para os imigrantes europeus como um multiplicador de dificuldades em tempo de crise económica.

Afora a questão do clima pestífero, sobre S. Tomé e Príncipe não pairavam, em princípio, as incertezas de outras colónias. Porém, a estada nas ilhas revelar-se-ia tortuosa, facto para o qual só tardiamente acordariam os europeus. Independentemente das conjunturas, o atrofiado tecido económico exterior às roças, cuja extroversão limitava o já de si pequeno mercado interno, o exíguo mercado de bens e serviços repartido entre os ilhéus e os roceiros que também apostavam no comércio, a estruturação da propriedade fundiária e, por fim, a qualificação de serviços para múltiplas tarefas (entre as quais as de vigilância, como veremos adiante) dificultaram a absorção de um avultado número de migrantes europeus. Todavia, desde a derradeira década de Oitocentos a imigração não cessou, apesar de temporalmente desfasada da maré de oportunidades para os europeus, em virtude da entretanto consumada divisão e apropriação da terra<sup>9</sup>.

De facto, os europeus não pararam de afluir desde o derradeiro decénio de Oitocentos<sup>10</sup>, sem embargo da elevada mortalidade. Na ilha de S. Tomé, em 1875 existiam 741 europeus, parte substancial dos quais degredados, num total 29441 indivíduos<sup>11</sup>. Em 1881, o número reduzia-se a 572, dos quais 250 degredados<sup>12</sup>. Em 1893, calcularam-se em cerca de 1500 os europeus existentes em S. Tomé cuja população se estimava em 30000 sujeitos<sup>13</sup>. Em 1900, existiam em S. Tomé 1012

---

<sup>9</sup> Ao invés do sucedido em Fernando Pó, onde a política de concessão de terras não conduziu a uma cristalização da estrutura fundiária (cf. Clarence-Smith 1994), em S. Tomé e Príncipe, o afluxo de europeus ocorreu, não paralelamente ao desenvolvimento de roças, mas quando estas já estavam instaladas e os roceiros hegemonizavam as actividades económicas como o comércio.

<sup>10</sup> Sobre o rápido crescimento de europeus no virar do século, ver Tenreiro 1961:106.

<sup>11</sup> Cf. AAVV 1929:174.

<sup>12</sup> Almada 1884:68.

<sup>13</sup> Negreiros 1895:119

Segundo dados de A. F. Nogueira publicados em 1893, a população de S. Tomé seria de cerca de 22000 almas, cf. Nogueira 1893:28.

brancos, 273 mestiços e 36491 negros, a que se somavam 173 brancos, 6 mestiços e 4148 negros no Príncipe<sup>14</sup>. Em S. Tomé, em 1914 entre 53520 habitantes os europeus perfaziam 1460, enquanto no Príncipe somavam 198 sujeitos num total de 5311 habitantes<sup>15</sup>. A década de 20 traria uma primeira retracção do seu número. Em 1921, a população de S. Tomé era de 52150 sujeitos. Os brancos perfaziam 1004, dos quais 87 mulheres. Dos 6905 indivíduos existentes no Príncipe, 111 europeus eram europeus, entre se contavam 14 mulheres<sup>16</sup>. No início da década de 30, contra os reclamados propósitos de nacionalização da colónia - que para alguns tinha por requisito a solidariedade racial ds europeus - a população europeia regrediu devido às suas condições de vida. À semelhança do ocorrido com os serviçais, os europeus foram despedidos na sequência da crise de 1930-1931<sup>17</sup>, assim tornada um marco da involução da sua presença ou, se se quiser, a confirmação de que o arquipélago era uma colónia-fazenda. Em 1934 contaram-se 1099 europeus num total de 61607 habitantes<sup>18</sup>. A nacionalização da colónia tendeu a resumir-se à valorização da terra através da monocultura que, implicando a usura da mão-de-obra africana, não ia sem consequência para os europeus.

Mais do que a elevada mortalidade em razão de um clima mortífero, foram as circunstâncias económicas e políticas que determinaram um baixo padrão de presença de europeus<sup>19</sup>, pese embora o seu constante afluxo. Justamente, o mais notório desta migração não foi a sua persis-

---

<sup>14</sup> *Boletim Oficial* nº22, 1 de Junho de 1901.

<sup>15</sup> AAVV, “S. Tomé e Príncipe” in *Boletim da Agência Geral das Colónias* nº43, 1929, p.174.

<sup>16</sup> “Recenseamento geral da população da colónia de S. Tomé e Príncipe em 31 de Dezembro de 1921” cit. por AAVV, “S. Tomé e Príncipe” in *Boletim da Agência Geral das Colónias* nº43, 1929, p.174.

<sup>17</sup> Ver, por exemplo, *O Estoril* nº52, 22 de Novembro de 1931, p.4.

<sup>18</sup> AHU, Direcção Geral das Colónias do Ocidente, informação nº90/6-A de 14 de Junho de 1935 da DGCO, Rep. de Angola e S. Tomé.

<sup>19</sup> Tendeu-se a privilegiar a ideia, de alguma forma verdadeira, de que foi devido ao clima, desaconselhável para os europeus, que estes raramente passaram mais de 1000 a 2000 (cf. Abshire e Samuels 1969:23). Hoje, impõe-se a relativização do factor climático que em certas épocas não teve influência decisiva. Aliás, no período que nos prende, nem a elevada mortalidade dissuadiu os europeus de migrarem para S. Tomé.

tência, pese embora a morte como um possível destino dos europeus, mas a aparentemente inverosímil e todavia consolidada convicção da miséria social com um fim também possível para os europeus. Assim, decerto importará indagar das circunstâncias políticas que viabilizaram este contra-senso à luz tanto do ideário colonialista, como das motivações subjacentes a qualquer movimento migratório.

Desde o virar do século abundam os testemunhos acerca das críticas condições materiais e da miséria a que se viu reduzida parte dos europeus. No mesmo sentido tanto apontam quer as sucessivas mas, no geral, inefectivas restrições à imigração, quer os subsequentes apelos na imprensa em prol dos indigentes europeus.

A viragem na abordagem da migração de europeus ocorre da década de 1880 para 1890. Nessa altura iniciava-se um ciclo de prosperidade com o cacau mas, em simultâneo, dava-se o movimento decisivo no sentido da afirmação da grande propriedade, assim se limitando as oportunidades na agricultura de exportação e, a prazo, no tecido social exterior às roças. Na última década de Oitocentos surgiram os primeiros alvires para a restrição do número de migrantes e os primeiros apelos de protecção aos colonos europeus<sup>20</sup>. Duas razões sucitavam este zelo inconstante: a pressão social desses europeus sobre os governos coloniais, tão mais delicada naquela conjuntura política, e o desprestígio de uma miséria contrastante com a alegada superioridade racial.

Alguns processos de concessão de passagem foram organizados em função da fiança avançada para o regresso, o que tinha implicações nas relações de dependência pessoal, de alguma forma condicionadas pelo modelo de integração dos serviçais nas roças. Não obstante, a migração continuou, avolumando-se a miséria e a mortalidade dos europeus.

---

<sup>20</sup> Em 1892, o governador Francisco de Miranda pediu para não se concederem passagens a colonos, especialmente aos sem qualificação. Desembarcavam em tal número que acabavam desempregados, sendo-lhes dado rancho e alojamento em casernas lotadas, com o que não se evitavam as baixas ao hospital. Estes 'miseráveis colonos' pediam amiúde passagem para a metrópole, o que não tinha suporte legal, cf. AHU, 2ª Secção, M.541, of. nº27 de 16 de Fevereiro de 1892, do governador Francisco de Miranda.

A este respeito, seriam tomadas medidas inefectivas ou tão logo abandonadas. Por exemplo, em 1899, atentas as representações de várias províncias ultramarinas para se sustar a concessão de passagens a indivíduos sem colocação garantida, ela passou a restringir-se à requisição dos governadores uma vez assegurada a colocação mediante pedidos de particulares ou companhias, cf. *Boletim Oficial* nº30, 29 de Julho de 1899, p.340.

Entendido como acto do foro individual, por oposição, de resto, às práticas de recrutamento de mão-de-obra africana nos territórios coloniais, a migração era uma prática insusceptível de tutela pelos governos, tanto mais que a ascensão social permanecia, conquanto remota, como um hipótese. Ainda que se trate de uma inferência, se os governantes se abstiveram do efectivo controlo administrativo da imigração europeia, foi porque este individualismo ia de feição com o interesse dos roceiros e demais empregadores. Um mercado com mão-de-obra excessiva e barateada era conveniente para aqueles. No caso dos roceiros porque, obrigados a investimentos para melhorar as condições materiais dos serviçais nas roças, não estavam a coberto quer das flutuações de mercado, como a da primeira década de Novecentos, quer de más colheitas. Convinha-lhes, então, uma mão-de-obra europeia barata.

Em certas circunstâncias, a aludida pressão social<sup>21</sup> redundaria em decisões a prazo votadas ao esquecimento. Assim aconteceu num pico de conflituosidade política meses antes da queda da Monarquia<sup>22</sup>. Com a República, o momentaneamente acrescido poder reivindicativo dos europeus induziu a Empresa Nacional de Navegação a facilitar o retorno dos desempregados<sup>23</sup>. Em 1911, o

---

<sup>21</sup> Em 1909, em *O Africano* lembravam-se as repetidas e vãs reclamações contra a permissão de imigração, que deveria ser condicionada à colocação previamente assegurada e a uma caução para o regresso ao reino. Só assim a cidade deixaria de ser um matadouro devido às febre e à fome. Mais se dizia que dezenas de desgraçados enxameavam as ruas da cidade, vagueando sem pão e sem trabalho, dormindo ao relento, sem a protecção dos seus irmãos, cf. *O Africano* nº28, 18 de Setembro de 1909, p.1.

No número seguinte insistiu-se nos lamentos devidos a este degradante espectáculo proporcionado a estrangeiros e indígenas e renovou-se a exigência das cauções já em prática noutras colónias; por fim, lembrar-se-ia a urgência de socorrer os indigentes, *O Africano* nº29 de 25 de Setembro de 1909, p.2.

<sup>22</sup> Na portaria provincial nº171, de 25 de Junho de 1910, era constatado o notável aumento da imigração de europeus a tal ponto que, pela falta de colocação e de recursos, uma grande maioria lutava com dificuldades pelo seu sustento. Considerava-se não haver destino possível para tal quantidade de trabalhadores pelo grande número que já se encontrava nas propriedades agrícolas. O desolador espectáculo daí resultante não podia continuar, de forma que a solução residia na regulação da imigração de europeus, cf. *Boletim Oficial* nº26, 25 de Junho de 1910, pp.215-216.

<sup>23</sup> Aquiescendo às solicitações da Associação dos Empregados do Comércio e Agricultura, a Empresa Nacional de Navegação concedeu um desconto de 50% aos indigentes, cf. *Boletim Oficial* nº41, 15 de Outubro de 1910, p.334.

governador Leote do Rego proibiu o desembarque de europeus por cujo repatriamento as empresas de navegação não se responsabilizassem<sup>24</sup>. Como anteriormente, esta disposição só foi respeitada a espaços<sup>25</sup>, porque, como se disse, da sua inobservância resultava uma razão entre procura e oferta de mão-de-obra europeia favorável aos empregadores.

A situação não se alterou no pós-Guerra e na década de 20 mantinham-se as sofríveis condições de existência dos europeus<sup>26</sup>, que assim continuariam até ao final da República. Logicamente, persistiram as reivindicações de uma efectiva interdição do desembarque de colonos<sup>27</sup>, de preferencial emprego dos europeus e de protecção aos desempregados<sup>28</sup>, até porque os ociosos a vaguear pela cidade continuavam a chamar a atenção, desmentindo a arraigada convicção da superioridade racial, trocada pela cafrealização que equivaleria à sobrevivência. Esta cafrealização ou forçada aculturação

---

<sup>24</sup> *O Colonial* nº90, 26 de Junho de 1911, p.1.

<sup>25</sup> Por exemplo, em 1916 criticava-se a “omnipotente” Empresa Nacional de Navegação por, entre outras ilegalidades, transportar colonos sem garantia de regresso, cf. *A Defesa* nº8, 10 de Janeiro de 1916, p.2.

<sup>26</sup> Em 1921, o governador António José Pereira agradeceria ao director dos Transportes Marítimos do Estado a concessão de duas passagens gratuitas para repatriação de indigentes, cf. AHSTP, Série C, Reservados, M.17, of. nº240/921, de 20 de Setembro de 1921, do governador António José Pereira.

<sup>27</sup> No pico de uma crise provocada por anos de decrescente produção das roças e, por conseguinte, de queda das receitas públicas, aprovou-se o Diploma Legislativo nº29, de 31 de Agosto de 1924, que renovava a interdição de desembarque de sujeitos não caucionados (cf. *Boletim Oficial* nº41, 11 de Outubro de 1924, pp.364-365).

Em Agosto de 1926, noticiaram-se conversações para vedar o desembarque de colonos, mormente dos viajantes em 3ª classe, sem colocação garantida ou sem meios de se manter. Medida de semelhante recorte social seria tomada em 1931, propondo-se que o desembarque dos passageiros de 3ª classe fosse condicionado à garantia de repatriamento; ver respectivamente *O Equador* nº4, 21 de Agosto de 1926, p.2; *Boletim Oficial* nº3, 17 de Janeiro de 1931, p.20.

<sup>28</sup> Em finais de 1926, segundo um articulista de um jornal local, só remontando a 1906 se contaria igual número de europeus sem meios de subsistência e sem esperança de os obter. Tendia-se a substituir europeus por naturais, a dispensá-los ou a uma maior selecção. O articulista recomendava o envio dos ociosos para outras colónias, cf. *O Equador* nº18, 30 de Dezembro de 1926, p.2.

inversa, e implicitamente o desfaseamento entre a hierarquização racial e o escalonamento económico e social não podia deixar de ser lastimada, tanto quanto a sorte dos europeus<sup>29</sup>.

O poder saído do golpe de Maio de 1926 convivia mal com a derrogação da idealizada hierarquização racial e vários governadores promoveriam o repatriamento de europeus em mísera situação<sup>30</sup>. Não se estava perante uma mera reincidência da pobreza dos europeus, cuja maior heterogeneidade económico-social reforçava a notória desqualificação dos desprovidos de meios, mácula de que aqueles que tinham ascendido à condição de roceiro se tinham redimido. Tratava-se de uma consequência do desajustamento entre a organização económica estritamente dependente das roças e os sonhos de ascensão social no quadro da alegada vocação colonizadora da nação. Assim o indicia a necessidade em que se viram os governadores de ir repatriando indigentes ao longo da década de 30, uma decisão não apenas devida à pressão social, aliás contida, dos europeus em prol dos azarados irmãos de raça<sup>31</sup>.

O agravamento das condições de vida renovou o argumento outrora evocado pelos assalariados europeus, designadamente o da comparação com as condições supostamente oferecidas aos servi-

---

<sup>29</sup> Em meados de 1927, *O Equador* voltava ao tema dos desempregados, os quais perhariam centenas os que mendigavam o pão da hospedagem gratuita; dizia, "...de alguns, sabemos que abdicadas as suas naturaes condições de nascimento vivem em condições miseraveis, misturados com a maior ralé das raças diversissimas que povoam a ilha e tão obsecados que se esquecem da sua qualidade de colonisadores para precisarem de ser colocados mais baixo do que os colonisados." Daí a insistência na adopção de restrições definitivas, cf. *O Equador* nº31, 2 de Abril de 1927, p.1.

<sup>30</sup> Ver, por exemplo, *Boletim Oficial* nº24, 11 de Junho de 1927, p.292 e nº28, 9 de Julho de 1927, p.329.

<sup>31</sup> Por exemplo, só em 1934 as companhias de navegação concederiam 16 passagens para repatriamento de europeus indigentes, cf. AHU, Direcção Geral das Colónias do Ocidente, Relatório da Repartição dos Serviços de Administração Civil, de 28 de Fevereiro de 1935.

Em 1932, entre outras medidas, mandara-se criar uma comissão de 'Assistência aos Desempregados Europeus', aos quais se proporcionaria sustento e alojamento por 60 dias, cf. *Boletim Oficial* nº19, 1 de Agosto de 1932, pp.293-294; *O Brado Africano* nº617, 17 de Setembro de 1932, p.2.

çais<sup>32</sup>. Em virtude do ambiente político e ideológico, a comparação numa tónica racial apresentava-se tentadora, ainda que acabasse por se revelar uma desadequada e pobre resposta aos problemas estruturais de inserção social dos europeus.

Obviamente, a maioria dos europeus procurara a ascensão social e idealizara estabelecer-se. Como se viu, o economicamente desinteressan-

---

<sup>32</sup> Nas condições de estrita tutela política imposta pelo poder saído do 28 de Maio, esse argumento reivindicativo adquiriria uma tónica de solidariedade racial, mormente quando veiculado pelos propagandistas da colonização, então mais do que nunca descoberta como vocação nacional: "...não esqueçam a humanidade, a protecção que também são devidas aos trabalhadores brancos que aqui veem trabalhar, anónimos colaboradores da fortuna alheia - legião de tristes empaludados que tantas vezes aqui enterram as iluzões e a vida." (cf. Quintinha 1928:125).

Este apelo de Quintinha - como outros testemunhos parciais de visitantes das roças - fazia eco de uma panfletária asserção dos roceiros que tivera o seu curso nos anos da polémica do cacau escravo, designadamente para sustentar a bondade do recrutamento e das condições de vida nas roças. Por exemplo, em 1904, Francisco da Paula Cid afirmara que o serviçal de Angola era em geral bem alimentado e, na grande maioria das roças, higiénicamente alojado, nalgumas até com comodidades que muitos europeus não dispunham na cidade (cf. AHU, Direcção Geral do Ultramar, of. nº42, de 20 de Fevereiro de 1904, de Francisco da Paula Cid), o que podia não constituir uma absoluta inverdade. Lembre-se, também, um artigo de 1909, baseado no testemunho de Mc Halle, comerciante de Manchester. Era sua convicção, firmada na estada em várias roças, de gozar o serviçal de maiores benefícios que o trabalhador rural da Inglaterra, além de se lhe exigir um trabalho menos violento. O necessário regime disciplinar era "moderadíssimo e até libérrimo". Concluía-se considerando venturosos os proletários europeus que obtivessem as regalias da pretensa escravidão do serviçal negro em S. Tomé (cf. *O Africano* nº17 de 3 de Julho de 1909, p.2).

Anos depois, o curador Correia de Aguiar expressava a sua convicção de que em geral o serviçal disfrutava nas roças de uma situação superior à que na metrópole tinham os trabalhadores brancos. O serviçal tinha melhor alimentação, melhores e mais higiénicas condições de vida, médico gratuito, farmácia, tinha o seu trabalho garantido ao invés do branco na sua terra (cf. AHU, Direcção Geral das Colónias, relatório de 10 de Julho de 1915, do curador António Augusto Correia de Aguiar). Na verdade, os constrangimentos à mobilidade eram transformados em protecção laboral e os padrões de comparação reportados às necessidades sociais calculadas em função do imputado baixo patamar civilizacional dos sujeitos.

Em todo o caso, se, na avaliação do seu destino no arquipélago, os europeus chegavam à enunciação desta comparação por suposto favorável aos serviçais, tal devia significar que a miséria dos europeus - recorrente lema de reivindicação e arma de arremesso na política - chegara a níveis inimaginados e de modo algum consentâneos com o orgulho racial.

te amanho de pequenas propriedades era também desaconselhado pela pretextada falta de adequada robustez. No virar do século, a condição de roceiro tornara-se quase inatingível<sup>33</sup> e no comércio enfrentava-se uma enorme concorrência, mormente dos ilhéus para quem, especialmente no tocante ao pequeno comércio, as redes familiares e de vizinhança e, se necessário, a capacidade de adequação a mais baixos níveis de rendimento seriam vantagens quase imbatíveis. Ademais, a ascensão social não só não dependia apenas de expedientes económicos, como nem sempre era possível sem intrigas com os demais europeus e litígios com os nativos.

A cristalização do tecido social não oferecia muitas alternativas aos europeus. Sobrava o engajamento para as roças onde, não angariando um pecúlio compensador para os anos vividos longe da metrópole, os europeus acabavam por se quedar acomodados a uma vida distante de suas cogitações iniciais. O labor nas roças tendeu a reproduzir as diferenças de origem entre os europeus, vedando, na generalidade dos casos, a ascensão social. Mais, por causa da perda das remunerações, as reivindicações começaram a citar a marginalidade da condição e da conduta dos empregados das roças. Enquanto em Lisboa, como se alegava, os patrões deixavam no pano verde chorudas quantias, nas ilhas os salários não permitiam a manutenção honesta, pagando apenas as reduzidas necessidades de

---

<sup>33</sup> Veja-se um texto laudatório do estoicismo colonizador próprio da época áurea do ideário imperial onde a difícil ascensão social era romantizada na alusão à luta contra a hostilidade da terra colonizada. Tratava-se, evidentemente, de um texto apologético, assaz diverso dos produzidos localmente sobre a miséria dos assalariados europeus: “Sempre e sòmente a idéia fixa de fazer uma roça, de pagar a dívida contraída no Banco com juro leonino, para depois, e só então, regressar ao rincão metropolitano e nêle envelhecer e morrer. (...) Quantos, agarrados à sua emprêsa agrícola ou comercial, escravizados a ela (...) Quantos, passando as maiores inclemências e privações e tendo como distracção, aliás bem pequena, aquela que, de longe em longe, lhes dava o próprio meio, com os socopés dos pretos ou as comezainas de calilú e moamba, nas roças, prazer afinal de contas, tão português que é comum a todos nós (...) A quantos ouvi dizer, recordando os tempos duros do comêço, que muitas vezes tinham vivido de banana, macaco e fruta-pão, porque nada mais havia que comer, ou porque o rancho se atrasava, por falta de transporte, ou porque o dinheiro era pouco para derrubar o obó e plantar depois o cacauero, faltando para a alimentação. Nesses tempos ingratos do princípio da última colonização (...) era grande acontecimento a chegada dum pipo de vinho verde a casa de qualquer vizinho minhoto, para ser bebido copiosamente com sécias assadas, bem esfregadas de jindungo.”, Almeida, A. Chaves de, “A terra do ossobó” in *Boletim da Agência Geral das Colónias* nº185, 1940, pp.3-32.

quem moirejava de sol a sol. Tornava-se admissível que os cordatos empregados agrícolas vendessem cacau para se pagarem: acerca dos seus salários, dizia-se que um par de botas custava cem escudos, destinando-se os restantes cem ao socorro da família em Lisboa. Incapazes de revoltas, apelavam à dó dos agricultores para não os coagirem a acções menos dignas<sup>34</sup> como, por exemplo, furtos. Por regra, dessas acções costumavam ser acusados os africanos, em parte devido à inércia social induzida pela cristalização do pensamento colonialista e racista.

Por contraposição ao meio pejado de desventurados, a roça parecia oferecer protecção aos europeus, satisfazendo-lhes as necessidades básicas (que limitava), ao mesmo tempo que lhes impedia uma penosa integração no meio local. Fora das roças, os europeus pareciam empurrados para a dissolução de costumes, a embriaguez e a cafrealização, designação mais apropriada para os efeitos do que nos eufemismos da literatura colonial se classificava de aventureirismo. Porém, essa protecção era tributária dos paradigmas acerca das relações laborais enformados pelos parâmetros de trabalho dos serviçais nas roças, acremente sentidos por alguns europeus.

Ademais, essa protecção nem sequer era certa. Dada a abundante oferta de braços, o precário vínculo laboral, mesmo se conseguido através de uma recomendação, podia cessar com uma enfermidade. Com efeito, mau

---

<sup>34</sup> *A Colonia* nº19, 12 de Junho de 1924, p.2.

Esta temática foi repisada no artigo “Outra vez - empregados agrícolas”. Mal pagos, tinham obter vestuário e calçado e enviar dinheiro para a metrópole. Anos a fio sem qualquer promoção, trabalhavam arduamente 10h diárias ao passo que os funcionários do Estado 6h. Nestas condições, previa-se que os proprietários não teriam futuramente empregados, o que se revelaria mais oneroso que eventuais aumentos salariais, *A Colonia* nº20, 19 de Junho de 1924, p.1.

Por essa altura, outro jornal secundava a queixa de que os empregados da agricultura não recebiam o suficiente para as suas necessidades indispensáveis (cf. *A Desafronta* nº20, 30 de Junho de 1924, p.2).

Em 1933, dizia-se inimaginável a soma de sacrifícios do empregado do mato: com o salário reduzido a 150\$00 mensais, só raramente chegando a 250\$00, passavam muitas vezes fome, cf. *O Trabalho* nº35, 5 de Novembro de 1933 p.1.

Evidentemente, os europeus ganhavam muito mais do que os serviçais. O seu discurso assentava no pressuposto de que eles e os serviçais tinham diferentes padrões de necessidades, correspondentes ao escalonamento racial e civilizacional. Atenta a sua representação do mundo, confrontados com as incertezas da vida no arquipélago, eles eram tentados a achar que viviam pior do que os serviçais.

grado o tempo de roça e a valia demonstrada no trabalho, uma maleita, quando não uma “injustificada” petição ou uma fútil desavença com o administrador<sup>35</sup>, podia significar o desemprego e o esmolar do regresso, suscitando a comiseração de naturais e abalando a auto-estima dos europeus. Aos desprovidos de aptidões específicas não faltaria a percepção do possível despedimento e da conseqüente miséria. Entre os europeus, mesmo entre os profissionalmente mais apetrechados, a consciência da precaridade devia ser bem maior que a dos serviçais. Na verdade, os roceiros foram qualificando os seus serviçais de forma a suprirem o recurso a operários europeus e embaatecerem os custos das explorações das roças. Nos anos 30, em razão quer das cimentadas posições coloniais no xadrez político internacional, quer das opções para tornar rendíveis as roças, os roceiros deixaram de investir nas edificações, afunilando ainda mais a procura de artistas.

Hierarquizações raciais à parte ou, se se quiser, por causa delas, os europeus experimentaram duras condições de trabalho, como, por exemplo, horários sobrecarregados. De acordo com alguns testemunhos, apenas aos domingos havia lugar a um “ligeiro descanso”<sup>36</sup>. Afinal, nas roças as condições laborais dos europeus não diferiam muito das que vigoravam na colónia em desrespeito de determinações dos governos central e colonial sobre horários de trabalho e descanso semanal<sup>37</sup>. O pesado horário era a

---

<sup>35</sup> Cite-se um caso que, não sendo regra, também não seria único: um ex-empregado da roça Guegue disse-se vítima de uma agressão (atestada pelas marcas das “machinadas”) do administrador na sequência do pedido de uma indemnização para tratamento na metrópole e de uma troca de insultos; o administrador recusara inclusive entregar-lhe as malas, cf. *A Desafronta* nº8, 5 de Abril de 1924, p.2.

<sup>36</sup> Henriques, Júlio, cit. por Almeida, Fortunato 1920:194.

<sup>37</sup> Em 1915 dizia-se que, das classes trabalhadoras, a mais sacrificada era a dos empregados agrícolas; sujeitos às condições das roças, comiam, por exemplo, a desoras e à chuva (cf. *A Defesa* nº4, de 10 de Novembro de 1915, p.1).

Salvaguardadas as diferenças de roça para roça, os europeus trabalhavam de acordo com o horário dos serviçais. Segundo um testemunho, estes formavam às 6 ou ainda antes. Após meia hora para o matabicho, seguiam para o trabalho interrompido entre as 11 e as 13 e concluído às 17h30m, quando conduziam para a sede a produções, competindo-lhes a ‘obrigação’. ‘As 21h tocava a silêncio (cf. Muralha 1924:26, 36-37 e 41).

Em 1933, num registo militante e sindicalista, onde era indistigável o ressentimento social, traçava-se um quadro para meditação dos que ignoravam o que fosse um “capricho irrealizado, uma falta de conforto, uma provação simples, o cansaço, a fome.” O empregado de mato levantava-se ao primeiro toque de sineta pelas 4 da manhã. Em 20 minutos comia o matabicho com que

faceta imediatamente visível das agruras da vida dos assalariados europeus, suscitando ora comentários enaltecendo a indômita vontade dos portugueses, especialmente na literatura apologética do regime, ora reparos à desumanidade a que, numa terra sua, se sujeitavam.

Na impossibilidade de influenciar a vida nas roças, a imprensa e o incipiente associativismo local tentaram em vão condicioná-la agindo no mercado de trabalho e carregando o discurso sobre as condições laborais. Sempre insistindo nas clivagens raciais, por várias vezes se etiquetou o trabalho dos brancos de trabalho escravo. Apesar de forçada, tratava-se de uma imagem não completamente desadequada, pois que, involuntariamente, apontava a fonte - uma organização do trabalho assente na usura da mão-de-obra africana - das privações dos europeus. Indirectamente, a vida destes assalariados, que ao tempo se apresentaram como vítimas da colonização, revela os constrangimentos e a falta de liberdade nas roças<sup>38</sup>,

---

aguentaria o árduo trabalho de quase 8 horas seguidas. À testa dos serviçais, seguia até ao local do serviço. Mesmo se chovia a cântaros, os serviçais, de dorso nú, continuavam a trabalhar abrigados com folha de bananeira enquanto o europeu, debaixo de uma árvore, se deixava “molhar, com prazer, até aos ossos”. Pelo meio-dia, na terra, puxava para si o terno transbordante de vazio, cujo aroma “deixa a perder de vista o do almôço que o seu patrão a igual hora estará mastigando, com o fastio próprio dos estômagos bem alimentados” numa capital europeia. Uma hora ou pouco mais e voltava ao serviço até às 17h30. “Regressa à séde, ou dependência com os mesmos sacrifícios, com a mesma resignação, com a necessaria pressa para poder às 19h obter de quem lhe paga (?) os serviços, o que muitas vezes só por convenção se pode chamar jantar.” Até ao toque do silêncio, às 20, ainda havia muito serviço. “Se não chega para todos, os restantes esperam, quasi numa rigidez de forma militar, indispensavel, dizem, à disciplina, deusa suprema da suprema adoração dos donos de tudo isto, não vá o patrão ou o administrador necessitar de um trabalhinho aqui, dum recado para ali.” Tudo isto ocorre até ao meio-dia de domingo e nas horas próximas à do toque de silêncio. Dias feriados são ignorados nas roças. Além disso, “...das 20 até às 4 horas do dia seguinte dormem por paternal conselho do patrão que não admite que os seus protegidos estejam acordados na hora em que devem dormir, com o mesmo louvável interesse com que não os deixa sair da roça aos domingos, salvo licença especial, mendigada humildemente, e da qual se não deve abusar para não correr o risco de ser despedido.” (cf. *O Trabalho* nº35, 5 de Novembro de 1933, p.1).

Uma descrição aproximada pode ser lida num artigo subscripto por Marécos, “Roças de S. Tomé”, in *O Estoril* nº51, 15 de Novembro de 1931, p.4.

<sup>38</sup> Ao contrário da emergência de débeis movimentos de solidariedade para os indigentes europeus no espaço urbano (temática a abordar num estudo em fase de ultimização), nas roças o paternalismo (acerca do paternalismo, elemento nodal da ideologia escravocrata mas extensivo a abrangentes laços de dependência de brancos pobres, veja-se Genovese 1979:105) cedia o lugar a formas apertadas e perversas de controlo dos empregados europeus, de alguma forma similares ao dos serviçais, possíveis dada a rarefacção de alternativas económicas fora das roças.

uma temática que, no tocante aos serviçais e no âmbito da polémica do 'cacau escravo', fora focada na profusa literatura coeva. Se o mesmo não sucedera relativamente aos empregados europeus era porque a dominação assente na diferença racial obnubilava tal questão. Parecia que as funções de comando dos serviçais e de segurança das roças como que protegiam a auto-estima dos assalariados europeus, compensando a incomodidade da obediência ao administrador ou ao roceiro, que pela sua exemplaridade demonstraria aos serviçais a universalidade da sujeição. Ao cabo de anos, a faculdade de comando de serviçais revelar-se-ia pouco gratificante para os europeus, que se descobririam reféns do seu papel na estrutura de poder e, em termos mais gerais, de toda a lógica centrípeta das roças.

A questão da discricionariedade dos roceiros seria levantada com maior ênfase quando as roças deixaram de ser uma alternativa de emprego. A afinidade e fiabilidade deduzidas dos antagonismos raciais eram aparentemente a condição da sua segurança, pois que a clivagem racial nas roças parecia exigir um aparato de vigilância constituído por europeus. Nessa solidariedade racial parecia residir uma irredutível qualificação que tornava os europeus insubstituíveis. Não obstante, ao contrário do que julgavam os assalariados europeus, de pouco lhes valeriam as representações raciais. Depois de terem feito baixar os custos salariais, os roceiros viriam mesmo a mobilizar serviçais africanos para tarefas que os europeus anos a fio tinham julgado da sua exclusiva competência. Na verdade, um critério fundamental para os administradores das roças não era o do suposto préstimo dos europeus em virtude da solidariedade racial, era, antes, o do valor produtivo que os europeus, ao invés dos serviçais, não tinham. Quando as regras económicas o impuseram, os assalariados europeus foram substituídos por serviçais na contenção e vigilância de outros serviçais.

As condições do funcionamento das roças perpetuavam-se e justificavam-se não só pela evocação das trajectórias pessoais - a dura luta pela sobrevivência económica dos roceiros parecia motivo bastante para exigir esforçadas prestações dos empregados - mas, em última instância, também pelas consensualmente necessárias relações de dominação, com que implicitamente se remetia para a "natureza" do serviço algo do odioso do trabalho dos europeus. Como se viu, assim sucedia aos europeus verem as suas condições de trabalho e de vida reguladas pelas impostas aos serviçais. Em suma, para os empregado agrícola não existia lei, chuva,

domingos ou descanso. Quando não estava no mato, cabia-lhe dirigir as tarefas nos terreiro. Em todas as circunstâncias, competia-lhe suster brigas entre serviçais e zelar pela pacificação na roça. As milhentas necessidades de uma roça absorviam “dirigentes” e “dirigidos”<sup>39</sup>. Acompanhavam as formaturas matinais dos serviçais, incitavam-nos ao trabalho, seguiam secagens, descasques e escolhas no terreiro, guardavam armazéns. Após a forma dos serviçais, os capatazes prestavam contas do trabalho<sup>40</sup>. Para além do desgaste físico, acentuado pela rotina naqueles universos fechados, criavam-se condições para alguma da tensão latente desembocar em desenlaces violentos, porquanto eram os homens do mato o objecto das vinganças dos serviçais, podendo, ademais, ser desautorizados pelo ocasional paternalismo dos administradores.

Aos europeus cabia, em princípio, assegurar a transmissão de algum saber. Porém, mais importante eram a supervisão da integração dos africanos recém-chegados (conquanto neste ponto não lhes competisse um desempenho capital) e, sobretudo, a vigilância dos serviçais, papel em que muitos europeus desconheciam suceder a degredados<sup>41</sup> e, nalguns casos, a escravos e serviçais de comprovada fiabilidade. Estas incumbências potenciavam a responsabilidade de cada europeu pela preservação da tranquilidade não apenas nas roças mas igualmente nas ilhas onde, sob formas diversas, a violência aflorava a espaços.

Na roça, a violência, ligada às relações de dominação e não a disputas entre iguais, não deveria ultrapassar o seu estado larvar, ao que ajudava a codificação de atitudes e do posicionamento social dos seus vários elementos. Aos europeus impunha-se uma célere aprendizagem do seu papel, para que a única aptidão específica consistia tão somente na convicção da superioridade racial, posta em causa pelas vicissitudes da vida na roça. No seu relacionamento com os serviçais, os europeus viviam na

---

<sup>39</sup> *A Defesa* nº6, 10 de Dezembro de 1915, p.1; ver também Júlio Henriques in Almeida, Fortunato de, 1920:194.

<sup>40</sup> Quintinha 1928:116.

<sup>41</sup> O esteriótipo desta ‘qualificação’ dos europeus faria história entre os nativos. Discutindo o labéu da ociosidade dos são-tomenses, o ilhéu Viana de Almeida sustentaria que eles nunca aceitariam trabalhar a terra de outrem “tendo atrás de si um branco feito capataz, pronto a castigá-lo sempre que o seu instinto felino o determine.”, *A Mocidade Africana* nº8, 1 de Agosto de 1930, p.7.

suposição de possíveis desmandos daqueles e da conseqüente necessidade de os precaverem. Além disso, nem sempre os poderiam assacar aos serviçais, não só aqui e além caracterizados pela docilidade, como também economicamente mais importantes para os roceiros. Na condução do pessoal, a exacerbação do poder tanto podia não ser sancionada pelos roceiros como suscitar imediata resposta da parte dos serviçais agredidos. O doseamento da coerção impunha um hábil jogo de afirmação de qualidades físicas, diariamente testadas pelas dificuldades do meio, de destreza técnica e de capacidade de mando. Por si só, o simples investimento de autoridade poderia não bastar para um labor tranquilo, a menos que o serviçal interiorizasse a ideia da superioridade dos brancos, o que nem sempre se verificava.

Como se disse, a naturalidade com que aos olhos do iletrado europeu se imporia a necessidade de contenção do serviçal, por um lado, e a sua quota parte de mando, por outro, tanto dissimulavam a sua própria sujeição aos ditames das roças, como o ajudavam a ajustar as expectativas de outrora com o estatuto alcançado.

Na verdade, além da contigüidade física e da convivência no trabalho, a roça impunha paralelismos, à primeira vista imperceptíveis, entre a vida dos empregados europeus e dos serviçais africanos: a ambos as roças ofereciam, em princípio, segurança numa terra onde a mortalidade<sup>42</sup> e a miséria campeavam. No entanto, as roças não proporcionavam conforto ou condições de vida pelas quais os europeus aspirassem a radicar-se, o que, de resto, não lhes era permitido. Os europeus, e não apenas os serviçais, sujeitavam-se a um processo de aculturação atinente à identificação com a roça, exigência sobreponível a qualquer outro relacionamento e materializada na proibição de ter junto de si a família, por certo por razões económicas mas não só. Exigia-se-lhes uma estrita dedicação aos afazeres das roças, não sendo invulgares as suspeições em vista das oportunidades de ascensão social por processos menos lícitos. Aliás, alguns

---

<sup>42</sup> Embora haja a considerar diferentes padrões de mortalidade nas roças e na cidade, Manuel Ferreira Ribeiro estimou a mortalidade da população europeia em 105 por 1000 nas duas derradeiras décadas de Oitocentos, cf. Hodges e Newitt 1988:53.

A mortalidade era reportada nas correspondências para Lisboa e podia infundir, não apenas nos serviçais, mas igualmente também nos europeus conformismo, desânimo e alienação.

européus receariam ter familiares - e, na circunstância, as mulheres - num meio que subrepticamente se admitia como marginal.

Para este enquadramento laboral, preferiam-se os europeus oriundos do campo. Referia-se a sua robustez e hábitos de trabalho mas, decerto, também se apreciava uma maior acomodação aos imperativos das roças. Noutras vezes, os recrutamentos tinham origem nas relações de parentesco ou de vizinhança na metrópole, o que, de modo algum significando menor exigência, não contribuía para amenizar as dificuldades de aclimação e de integração dos recém-chegados nem elidia posteriores conflitos. A colocação por recomendação tornava logo os europeus dependentes e não os isentava de menor disciplina nem de idêntica subordinação. Só em casos excepcionais eram distinguidos dos demais, por exemplo através de convites para tomar refeições à mesa do administrador. A reprodução no relacionamento entre brancos das rígidas hierarquizações prevalecentes nas roças<sup>43</sup> favorecia as clivagens entre os próprios europeus, já potenciadas pelas condições sociais no arquipélago, fossem elas, o imobilismo social (que fazia do compadrio e dos empenhos uma instituição) ou o comum controlo informal da vida pessoal de outrem, extremado a partir da década de 30.

Como se disse, o sentimento de superioridade dos europeus perante os serviços ocultava a sua estrita dependência do administrador. Da obediência a que se obrigava o europeu é paradigmática a história do “Capitão banana”, na qual se ridicularizava o desconhecimento do administrador relativo ao modo de reprodução das bananeiras. Expressão de um velado ressentimento social, por suposto demonstrativa da vanidade de presunções, que inferiam o saber técnico da posição hierárquica, e encomiástica do labor humilde, o que a história realmente punha a nú era a obrigatoriedade da cega submissão ao superior, mesmo se inqualificado<sup>44</sup>. O imaginário local estava povoado de

---

<sup>43</sup> Ver também Tenreiro 1961:158-159.

<sup>44</sup> “Crónica alegre de São Tomé. O capitão banana”, *Acção Colonial* nº1, 30 de Junho de 1930, pp.5-6.

Num artigo intitulado “Empregados agrícolas” dizia-se ironicamente que com a simples nomeação os administradores passavam a saber de tudo, *A Defesa* nº6, 10 de Dezembro de 1915, p.1.

alusões ao terror infundido pelo roceiro aos serviçais e a empregados<sup>45</sup>. Com o fim da permanente inculcação da reverência por parte dos serviçais, todos os contactos pessoais nas roças eram ritualizados. Estendia-se, portanto, aos europeus a exigência de uma postura de respeito e deferência, para que nunca o exemplo de insubordinação ou tão só de desleixo pudesse contagiar os serviçais.

Por certo este padrão era matizado pela personalidade dos que tutelavam as roças. Mas, as influências do paradigma militar chegadas à administração das roças, a segmentação social com a consequente tensão racial, a pressão económica e, por fim, a aptidão física demandada para afrontar a adversidade climática não favoreciam o refinamento do trato e lançavam nas relações entre os europeus todos os estigmas com que era racializada a conduta dos serviçais<sup>46</sup>. Provavelmente, a imagem dominante enfatizava no relacionamento laboral - cujo espectro era a coincidência entre a diferença racial e a dominação dos serviçais nas roças - o aspecto da valentia e da destreza física. Assim, o europeu era um homem socialmente imprestável quando incapaz de afrontar os africanos ou os demais europeus. Aqui, o mito da superioridade racial - a representação adequada à preservação da auto-estima numa situação de efectiva subordinação - jogava contra os empregados europeus pois vinculava-os a correr riscos e inibia-lhes a recusa do cumprimento de certas tarefas.

Dadas a diferenciação social entre europeus, as possíveis desautorizações diante de serviçais e o conjunto de interditos em vigor nas roças, não se podem considerar como adquiridas as relações de estima e de solidariedade entre os europeus com diferentes responsabilidades. De resto, algo de similar sucederia entre companheiros de condição, pois que cada europeu era um potencial rival numa difícil ascensão social, por vezes mais dependente de uma estreita fidelidade e obediência do que do préstimo laboral.

---

<sup>45</sup> Veja-se ainda a história da rebeldia de um empregado contra um administrador estrangeiro, com toda a probabilidade o alemão Spengler. Diante dos serviçais, este terá apodado o empregado de espantalho, mas este teria retorquido chamando-o de burro. Neste caso, o inusitado da cáustica rebeldia - juntamente com o toque de brio nacionalista - tornou-se uma espécie de redenção simbólica; contudo, um tal evento seria raro, cf. *A Desafronta* n°23, 21 de Julho de 1924, p.2.

<sup>46</sup> "...se o patrão (...) vae lhano e bondoso ao encontro do seu empregado, encontra imediatamente um cavalheiro que na primeira ocasião diz para os amigos que o patrão tem medo d'ele..." , *A Defesa* n°4, 10 de Novembro de 1915, p.1.

Regra geral, os europeus eram angariados para postos indiferenciados, a saber, capatazes e empregados do mato, incumbidos da condução dos grupos de serviçais. Poderiam, ao fim de longa estada na roça e de comprovada adesão aos desígnios dos roceiros, chegar a feitores. Os europeus tinham de se enquadrar rapidamente na hierarquia e na rotina da roça. Rigidamente codificada, a roça estava contudo sujeita a inflexões pela mão de um novo administrador (alguns deles ex-militares). Por vezes, os europeus também tinham de se ajustar a novas demandas perturbadoras do quotidiano e do relacionamento nas roças, por vezes com maior prontidão do que os próprios serviçais que podiam ensaiar formas dissimuladas de resistência colectiva.

Fosse como fosse, ao europeu não se pedia apenas disciplina, muito menos a disciplina exclusivamente no trabalho. Os europeus estavam impedidos do abandono do local de serviço sem prévia autorização do administrador; a esperada disposição de acatar ordens a toda a hora deixava em aberto a hipótese do abandono do local de serviço ter uma leitura abrangente de uma interdição de saída da roça<sup>47</sup>. A vida pessoal (por exemplo, a correspondência) podia ser escrutinada pelo administrador que assim mediava a relação com o exterior<sup>48</sup>. Instituição total, a roça exigia inflexíveis regras de conduta sob pena de reprovação dos patrões e, não se esqueça, dos serviçais.

Recebidas as ordens do administrador ou do feitor, os capatazes ou homens do mato tinham de garantir uma dada produção do seu grupo, o que limitava o seu espaço de arbítrio à reprodução sobre os serviçais da pressão sobre eles exercida. Não lhes era dado ser sujeitos, isto é, revelar desagrado perante as ordens, estando-lhes vedada qualquer cumplicidade com os serviçais, com quem mantinham relações ambíguas assentes, por um lado, numa inconfessada confiança na humanidade dos serviçais e, por outro, na explícita convicção relativa aos pressupostos defeitos atávicos dos negros.

---

<sup>47</sup> Nalguns casos, a mera saída da roça passava pelo pedido de autorização, da mesma forma que a ida à metrópole após anos de estada no arquipélago carecia de permissão da direcção em Lisboa, cf. Fundo Francisco Mantero (em organização), carta de 2 de Abril de 1903, de Manuel dos Santos Abreu a Francisco Mantero.

<sup>48</sup> Acerca dos jornais desviados que não chegavam aos assinantes, veja-se *A Desafronta* nº5 de 13 de Março de 1924, p.1.

A crescente padronização do `tratamento' dos serviçais, associada às mudanças induzidas pela polémica sobre escravatura nos alvares de Novecentos e, depois, a propósito dos mandatos coloniais nos anos 20, não eliminava as tensões. Para sua defesa, os europeus raramente eram portadores de arma de fogo ou branca. Ao invés, tinham frequentemente um cajado ou um cacete, o que, num caso de tentativa de agressão, não dispensava o apoio de outros serviçais. Não se tratava, portanto, de desempenhos absolutamente inócuos, mormente se o europeu era mandado para uma dependência afastada da sede da roça, onde estava sozinho à testa de um grupo de serviçais. Aliás, dada a prevalência do contacto pessoal, nas roças não faltariam motivos para ressentimentos dos serviçais. Logo, a qualquer momento, a conflituosidade latente poderia transmutar-se em actos de maior ou menor violência.

Os empregados europeus viriam a atribuir a sua saturação a um cenário fechado, à árdua rotina diária - que convidava à rebeldia se o europeu, porventura, chegava a realizar semelhança entre a sua condição e a do serviçal ou se se mostrava inconformado com a sua posição social - e à rudeza a que, na expectativa de afrontamentos, todos se julgavam obrigados. Como se assinalaria nos picos da conflituosidade racial, a terra empedernia os sentimentos dos europeus que rapidamente atropelavam os valores morais aprendidos na sua terra. Tal não era, no entanto, a imagem veiculada pelos publicistas que visitavam as roças e que descobriam nos administradores maneiras de cavaleiros:

“Gentil para as visitas, disciplinador para os empregados, querendo convencer o preto de que é terrível, quando, quasi sempre, é excelente pessoa - é espinhosa a vida dum verdadeiro administrador de roça.”<sup>49</sup>

Na verdade, tal maleabilidade era impossível ao capataz que, enquanto peça do aparelho coercivo da roça, não dispunha de intermediários para a distância necessária à gestão dos sentimentos para com os subordinados. De resto, em privado, os administradores não se coíbiavam de aplicar aos seus subordinados europeus os epítetos usados nos discursos ideo-

---

<sup>49</sup> Quintinha 1928:114.

lógicos para a depreciação dos africanos<sup>50</sup>, assim se chegando a enunciações contraditórias com o esteriótipo da superioridade moral dos europeus. Acabava-se, assim, por louvar as qualidades dos serviçais com quem se lidava, denegrindo os europeus, fossem eles subordinados ou companheiros, tal o indício premonitório da dispensa de europeus para a condução do labor das roças quando as circunstâncias o impuseram.

Precisamente, com apertadas regras a observar, cabe perguntar se as roças poupavam os europeus à degeneração moral (que se tinha como fatal nos antros do decadente meio urbano), se estes, transferindo poupanças e economias, podiam manter os seus vínculos familiares e, por conseguinte, os seus padrões de comportamento. Esboçemos uma resposta a estas questões olhando o tempo pós-laboral e a mobilidade dos europeus. Pensemos, para tal, na roça ou na dependência, de acesso difícil, encasquetada num surpreendente relevo e rodeada de luxuriante vegetação ambivalentemente apodada de encantadora e de opressora em razão da solidão acentuada pelo decurso do tempo. No recém-chegado à roça, o cenário e as regras prevalentes vincavam de imediato a ideia de que a sua vida se confinaria à roça, sob as ordens do administrador, cuja casa, sobranceira às demais construções, era inconfundível pela sua grandeza. Um pequeno jardim adjacente podia ser o local de reprodução da flora da metrópole, de exposição de espécies estimadas, de passeio e de convívio de visitantes<sup>51</sup>. O mais era o terreiro enquadrado pelas várias edificações. Correspondente ao menor investimento económico nos empregados europeus - ao contrário do sucedido com os serviçais, era diminuta a importância económica dos europeus para as roças - o alojamento destes era, por vezes, mais

---

<sup>50</sup> Conforme comunicava João Maria da Silva a Francisco Mantero, em 1905, acabara com o posto de empregado de terreiro por serem todos uns malandros, 'mais ladrões que os pretos', cf. Fundo Francisco Mantero, carta de 17 de Agosto de 1905, de João Maria da Silva a Francisco Mantero.

Como noutras plantações noutros territórios coloniais, os roceiros partilhavam da crença da superioridade moral e racional da civilização branca, apesar de constatarem que no local os brancos eram degenerados. Ao invés, expressavam a ideia de que os indígenas constituíam uma 'raça' cheia de defeitos, conquanto individualmente os sujeitos tivessem qualidades não patenteadas pelos europeus (veja-se, em termos comparativos, Lewis 1996:251).

<sup>51</sup> Talvez com exagero Quintinha informava que qualquer roça recebia mais de mil visitas por ano, Quintinha 1928:114.

provisório que o dos serviçais, nada tinha de singular, antes indicava despojamento, e nem sempre seria tão cómodo nem tão higiénico quanto o insinuava a menção à profilaxia da malária como na seguinte descrição:

“Entrámos nas habitações dos empregados europeus. Todos teem o seu quarto arejadissimo, com a sua cama com mosquiteiros, apesar de todas as janelas terem rêde de arame para evitar a entrada desses incomodos insectos.”<sup>52</sup>

Por certo, não teriam senão meia dúzia de haveres quer pela exiguidade do espaço, quer pela perspectiva de um amanhã diferente. Numa dependência (por exemplo, Mateus Angolares da roça Vista Alegre) o feitor encontraria o seguinte mobiliário e adereços na sua casa: uma bacia de ferro esmaltado, dois leitos completos, dois copos para água, um candeeiro de parede, um jarro de ferro esmaltado, uma mesa, um moringue, oito pratos, quatro colheres, dois talheres, cinco cadeiras, um cobertor, uma bacia alta, três toalhas de mesa, um ferro de engomar, duas caixas de madeira, um candeeiro de terreiro, duas lanternas e dois copos para vinho<sup>53</sup>. Noutras dependências, o empregado europeu dormia num aposento situado ao meio de um edifício que comportava as sanzalas dos serviçais.

Em muitas roças existiria uma casa comum, o que pressupunha o convívio forçado com os companheiros de labuta, traduzido, amiúde, num ambiente conflitual e de intriga, com o pano de fundo do nivelamento pelos serviçais. Universos tendencialmente centrípetos, as roças não ofereciam, senão excepcionalmente, oportunidades de lazer<sup>54</sup>. Era nelas, mormente nas lojas, que os serviam tanto a eles como aos serviçais, que se encontravam os presumidos objectos de interesse dos europeus. Difícil e morosa, a descida à cidade não seria constante, talvez nem ao fim-de-semana, especialmente para os mais ou menos isolados em roças ou dependências distantes. Aos europeus, talvez na sua maioria oriundos do mundo rural, pedia-se resistência à solidão, única alternativa à difícil, senão impossível, camaradagem com os serviçais. Conforme aos ventos

---

<sup>52</sup> Muralha 1924:55.

<sup>53</sup> Fundo Francisco Mantero, Inventario do existente em 28 de Fevereiro de 1906 na roça Vista Alegre.

<sup>54</sup> Cadbury 1910:16.

do autoritarismo e do racismo da época, a sacração do labor, único fito da presença de europeus na roça, ajudaria a consolidar os preconceitos também em relação aos ilhéus, limitando, por isso, as possibilidades de convívio com estes. De facto, nalgumas roças tentava-se cortar cerce a ligação ao mundo exterior e, concretamente, aos padrões de vida e de sociabilidade do atrofiado espaço urbano<sup>55</sup>. Numas vezes tratava-se de imposições, noutras os ditames mesclavam-se com conselhos paternalistas de natureza sanitária com alusões à malignidade do clima da cidade.

Tratava-se de um quotidiano pesado, acirrado pela saudade da família, pela ausência de diversões e, portanto, quase resumido à labuta. Às deslumbradas alusões de visitantes ao exótico da terra e ao lazer dos serviçais, opor-se-ia a quase completa ausência de lazer para os europeus. Durante o trabalho, estariam tomados da tensão necessária à observância das ordens dos administradores, impedidos de familiaridade - pelo menos, de demasiada - com os serviçais que, entre si, podiam manifestar algum afecto, conversar e cantar, mesmo durante o trabalho.

Obviamente, indagar do quotidiano dos europeus nas roças é espinhosa tarefa pois se torna praticamente impossível saber, por exemplo, por que sentimentos eram percorridos ao observarem os batuques e as festas dos serviçais. Com certeza, não estava ao seu alcance nem lhes era permitido tentarem-se por tais manifestações. Por isso, é possível que considerassem tais batuques algo grotesco embora, em contrapartida, pudessem pensar ser menos insuportável a existência dos serviçais (a quem atribuiriam limites na consciência do mundo que os rodeava) do que a sua, distantes que estavam da sua terra natal.

---

<sup>55</sup> Em 1924, em *A Desafronta* registavam-se queixas de leitores que mourejavam nas roças e que não recebiam o jornal; às casas Lima & Gama Lda e Vale Flor, titulares das roças, eram pedidas providências contra abusos persecutórios e contraproducentes por tornarem legítimo o desforço dos empregados, cf. *A Desafronta* n<sup>o</sup>4, 6 de Março de 1924, p.3.

## Conclusões

As roças tornaram os europeus peças do crescimento económico nas primeiras décadas deste século que, não obstante, não parece ter sido relevante na determinação do quotidiano dos empregados nas roças. Para estes, como para os serviçais, a roça era um universo centrípeto e disjunto do espaço urbano, onde as condições de vida não eram definidas apenas por anónimos critérios de mercado de mão-de-obra mas também pela sujeição inerente às relações sociais num meio onde o paradigma das relações laborais era o da usura da mão-de-obra. Nem a suposta europeização, nem a valorização económica da terra valeram aos assalariados europeus, pois que os parâmetros laborais foram definidos, não a partir da solidariedade (dos roceiros ou do poder) racial para com os assalariados, mas a partir dos parâmetros de tratamento dos serviçais.

Deixa, pois, de ser um paradoxo que a imprensa europeia tenha insistido em contrapor a desprotecção do empregado agrícola à condição do serviçal, objecto de inúmeras leis. Este aparente paradoxo provém não só das imposições aos serviçais, insusceptíveis de codificação legal, como também das restrições que essa dominação impunha aos elementos europeus da roça.

Pensando num processo inverso de embranquecimento social, os assalariados acabaram por questionar a falta de solidariedade racial entre europeus de diversas condições económicas. Ocorreria não se sentirem reconhecidos como diferentes dos serviçais, embora o fossem para todos os efeitos, especialmente para o do funcionamento das roças. No seu dia-a-dia, investidos de autoridade, alguns empregados europeus não terão evitado pensar que pessoalmente era de pouca valia a sua pretensa superioridade em relação aos serviçais. A qualidade de branco não acarretava menor fragilidade no aparelho coercivo da roça.

A sua condição era particular porquanto não eram autores da negação da humanidade do serviçal em benefício próprio, sendo esse exercício difícil pois, apesar de todo o acervo de considerações sobre a inferioridade dos serviçais, era inegável a sua humanidade. Em contrapartida, não sabemos se a submissão dos serviçais não era parcialmente obtida à custa dos observados conformismo e aquiescência de europeus, de quem, em virtude da sua maior civilização, se esperava maior contenção, logo uma conduta exemplar. Dito de outro modo, as condições de vida nas roças

dependiam da interiorização pelos serviçais da sua situação - e da posição de relativa subalternidade face aos brancos dependentes -, sem que esta aquiescência evitasse os dispositivos coercivos e, portanto, as limitações à “liberdade” daqueles que os superintendiam. Num certo sentido, os assalariados europeus eram reféns da perspicácia política e da humanidade dos serviçais, tão prontamente negada no pensamento oficial colonialista.

Tal como a configuração das roças manietava a mobilidade e a afirmação social dos ilhéus e europeus que se mantinham fora delas, também limitava a ascensão dos seus empregados europeus, condicionando, de forma muito vincada, o seu quotidiano. Mais, dada a miséria que a espaços grassou na ilha e a falta de alternativas de ocupação ficamos por saber se, no fundo, os europeus não acabariam por desejar ser objecto de ‘patrimonialização’ como ocorria com os serviçais. Não se pode enjeitar a hipótese do discurso acerca das “regalias” dos serviçais (cujas condições se diziam “invejáveis”) ter implicitamente servido para calar aspirações de europeus, até por se lhes oferecer uma condição básica de sobrevivência, a alimentação. A imbricação das condições dos serviçais e dos europeus poderá ter beneficiado estes, por exemplo, quando da menor cristalização dos normativos das roças e da maior liberdade de movimentos dos serviçais.

No imaginário nacional a vida dos europeus em S. Tomé deixou de granjear atenção, ao contrário, por exemplo, do entusiasmo que, na década de 1930, acompanhou a ida de colonos para Angola, o novo Brasil a desbravar. Deve dizer-se que o discurso encomiástico dos desventurados colonos brancos que não conseguiam riqueza - não dando por mal empregue a sua vida por terem contribuído para tornar a terra mais portuguesa - era, obviamente, mistificador.

Evitando as simplificações dos propósitos panfletários e mobilizadores do ideário anti-colonial, julgamos fornecido um primeiro contributo para estabelecer uma diferença entre a condição dos europeus e a hegemonia plantocrata ou dos roceiros. Sem prejuízo de um efectivo escalonamento racial subalternizador dos africanos, de resto coexistente com uma diversificação social não totalmente coincidente com aquela subalternização política e simbólica (pois que alguns ilhéus eram proprietários e desfrutavam de condição social superior à de assalariados europeus), a verdade é que em S. Tomé e Príncipe, ao invés do comumente assumido, o facto colonial nem sempre equivaleu a uma estrita e extensiva hegemonia europeia.

Finalmente, como em todas as abordagens do quotidiano em plantações, cumpre assinalar as múltiplas nuances possíveis do quadro aqui traçado que tende a apontar para as situações limite em que se poderiam encontrar imigrantes europeus. Nem todas as roças seriam opressivas, nem todas as relações humanas se pautariam por um estrito racismo ou por uma vincada sujeição pessoal. Todavia, em muitos casos não sobraria muito espaço para a manifestação de subjectividades e atitudes individuais avessas ao tom dominante imposto pelas pressões económicas e pelas conjunturas políticas.

### **Bibliografia**

- AAVV, 1929, “S. Tomé e Príncipe” in *Boletim da Agência Geral das Colónias* nº43, Lisboa, Agência Geral das Colónias
- Abshire, David M. e Samuels, Michael (ed.), 1969, *Portuguese Africa. A Handbook*, Londres, Pall Mall Press Ltd
- Alexandre, Valentim, 1998, “Ruptura e estruturação de um novo império” in AAVV, *História da Expansão Portuguesa. Do Brasil para África (1808-1930)*, Círculo de Leitores
- Almada, Vicente Pinheiro Lobo Machado de Mello e, 1884, *As ilhas de S. Thomé e Príncipe (Notas de uma administração colonial)*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias
- Almeida, Fortunato de, 1920, *Portugal e as Colónias Portuguesas*, Coimbra
- Cadbury, William A., 1910, *Os serviços de S. Thomé*, Lisboa
- Clarence-Smith, Gervase, 1994, “African and European Cocoa Producers on Fernando Póo, 1880s to 1910s” in *The Journal of African History* nº2, vol.35, Cambridge
- Dias, Jill, 1991, “História da Colonização - África (séc.XVII-XX)” in *Ler História* nº21, Lisboa

- Eyzaguirre, Pablo, 1986, *Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa* (Ph. D. dissertation), Yale University
- Genovese, Eugene D., *O mundo dos senhores de escravos. Dois ensaios de interpretação*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979
- Hodges, Tony e Newitt, Malyn, 1988, *São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*, Londres, Westview Press
- Lewis, D. C., 1996, *The Plantation Dream. Developing British New Guinea and Papua 1884-1942*, Camberra, The Journal of Pacific History
- Muralha, Pedro, 1924, *Terras de Africa - S. Tomé e Angola*, Lisboa, Publicitas
- Nascimento, Augusto, 1992, *S. Tomé na segunda metade de Oitocentos: a construção da sociedade colonial* (dissertação de mestrado), FCSH-UNL
- Nascimento, Augusto, 1990, “Conflitos de europeus em S. Tomé e Príncipe” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº12-13, Lisboa
- Nascimento, Augusto, 1997, “Recolonização, mutações demográficas e afluxo de degredados a S. Tomé no séc. XIX” in *História das Ilhas do Atlântico*, vol. II., Funchal, C. E. H. A
- Negeiros, A. Lobo de Almada, 1895, *Historia ethnographica da ilha de S. Thomé*, Antiga Casa Bertrand - José Bastos, Lisboa
- Nogueira, A. F., 1893, *A ilha de S. Thomé, a questão bancaria no ultramar e o nosso problema colonial*, Lisboa
- Penvenne, Jeanne, 1993, *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique

Pineo, Huguette Ly-Tio-Fane, 1984, *Lured Away. The Life History of Indian Cane Workers in Mauritius*, Moka, Mauritius, Mahatma Gandhi Institute

Quintinha, Julião, 1928, *África misteriosa*, Lisboa, Editora Portugal Ultramar

Tenreiro, Francisco, 1961, *A ilha de S. Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar



Dependencia agua - Jzé S. Thomé.

Chegados à roça, os europeus tinham a tarefa de comandar as rotinas do trabalho e da vida na roça, entre as quais a forma do pessoal. A fotografia convida à afectação paternalista, ao mesmo tempo que o europeu, o cajado e o moleque eram elementos centrais de um terceiro culminado na residência do administrador sobranceira às senzalas dos serviçais africanos.



Exemplares de mamão, S. Thomé.

Por algum tempo, as roças pareceram comportar a evocação do meio de origem, afigurando-se como lugar de sociabilidade e de reprodução da vida na metrópole. Um pátio de roça era transformado num quintal.



1. Um trecho de plantações

Limitados à rotina diária num cenário de uma natureza pujante, cuja humanização exigia um estrénuo esforço, os europeus encontravam sentido numa pose com moleques e serviçais. As diferentes poses brotavam da subjectividade pessoal dos fotografados.



A. C. Ilha do Príncipe — Ribeira da Forca registado

As tarefas cometidas aos europeus e aos serviçais conheciam um intervalo para a pose conjunta para a fotografia. Mau grado a pausa, a densa vegetação indiciava da intensa labuta.



Relativamente a épocas passadas, este postal, presumivelmente de finais da década de 20, denota do enquistamento do labor e da vida nas roças. O traje denuncia a indigenização dos trabalhadores e a postura do europeu — tanto ele como os serviçais aparentemente indiferentes ao fotógrafo — nega o paternalismo de outrora. Inquebrantável, o tempo de todos pertence à roça.